

carlos henrique
BEZERRA LEITE

curso de

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

19ª edição

Atualizado pela Lei n. 13.869/2019 (Abuso de Autoridade);
pela Resolução n. 241/2019 do CSJT (Disciplina o processo judicial eletrônico); pelo
Ato Conjunto TST.CSJT.CGJT n. 3/2020 (Dispõe sobre o processamento das deci-
sões parciais de mérito) e pelos Atos Normativos do TST relacionados ao Estado de
Calamidade decorrente da pandemia do Novo Coronavírus (COVID-19).

2021

saraiva  jur



Av. Paulista, 901, 3º andar
Bela Vista – São Paulo – SP – CEP: 01311-100

SAC | sac.sets@saraivaeducacao.com.br

Diretoria executiva	Flávia Alves Bravin
Diretoria editorial	Renata Pascual Müller
Gerência de projetos e produção editorial	Fernando Penzado
Planejamento	Josiane de Araujo Rodrigues
Novos projetos	Sérgio Lopes de Carvalho Dalla Costa de Oliveira
Edição	Clarissa Boraschi Maria (coord.) Iris Ferrão
Produção editorial	Daniele Debora de Souza (coord.) Rosana Peroni Fazolari Estela Janiski Zumbano
Arte e digital	Mônica Landi (coord.) Camilla Felix Cianelli Chaves Claudirene de Moura Santos Silva Deborah Mattos Guilherme H. M. Salvador Tiago Dela Rosa
Projetos e serviços editoriais	Daniela Maria Chaves Carvalho Kelli Priscila Pinto Laura Paraiso Buldrini Filogônio Marilia Cordeiro Nicoly Wasconcelos Razuk
Diagramação	Fabio Kato
Revisão	Viviane Oshima
Capa	Casa de Ideias / Daniel Rampazzo
Produção gráfica	Marli Rampim Sergio Luiz Pereira Lopes
Impressão e acabamento	Bartira

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057

Leite, Carlos Henrique Bezerra

Curso de direito processual do trabalho / Carlos Henrique Bezerra Leite. - 19. ed. - São Paulo: Saraiva Educação, 2021. 1686 p.

Bibliografia

ISBN 978-65-5559-397-6 (impresso)

1. Direito processual do trabalho. I.Série.

20-0742

CDD 342.68
CDU 347.9(81)(094)

Índice para catálogo sistemático:

1. Direito processual do trabalho

Data de fechamento da edição: 4-12-2020

Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 606825 CAE 751006

Sumário

<i>Agradecimentos</i>	11
<i>Siglas e abreviaturas</i>	13
<i>Nota do Autor à 19ª edição</i>	53
CAPÍTULO I Teoria Geral do Direito Processual do Trabalho	
1. O Estado, a política, o processo e os direitos humanos	55
1.1. O processo no Estado Liberal	55
1.2. O processo no Estado Social	56
1.2.1. A crise do Estado Social	58
1.3. O processo no Estado Democrático de Direito	59
1.4. Pela formação de uma nova mentalidade	62
1.5. A pandemia do novo coronavírus (Covid-19) e seus reflexos no processo do trabalho	63
2. Teoria geral do direito processual e o direito processual do trabalho	66
3. Direito Processual Constitucional e Direito Constitucional Processual: a constitucionalização do direito processual do trabalho	68
3.1. A Reforma Trabalhista e a desconstitucionalização do direito processual do trabalho	69
4. Fontes do direito processual do trabalho	70
4.1. Fontes materiais	71
4.2. Fontes formais	72
4.2.1. Fontes formais diretas	72
4.2.2. Fontes formais indiretas	74
4.2.2.1. O CPC e o sistema de precedentes judiciais	74
4.2.2.2. A Reforma Trabalhista e o papel da jurisprudência	75
4.2.3. Fontes formais de explicitação	76
5. Princípios	78
5.1. Conceito e importância	78
5.2. Princípios constitucionais fundamentais	80
5.3. Função dos princípios constitucionais fundamentais	82
5.4. Princípios gerais do direito processual	83
5.4.1. Princípios informativos	83
5.4.2. Princípios fundamentais	84
5.4.2.1. Princípio da igualdade ou isonomia	85

Curso de Direito Processual do Trabalho

5.4.2.2. Princípio do contraditório	86
5.4.2.3. Princípio da ampla defesa.....	86
5.4.2.4. Princípio da imparcialidade do juiz	86
5.4.2.5. Princípio da fundamentação das decisões	87
5.4.2.6. Princípio do devido processo legal.....	88
5.4.2.6.1. Princípio do juiz natural	89
5.4.2.6.2. Princípio do promotor natural	89
5.4.2.6.3. Princípio do duplo grau de jurisdição	89
5.4.2.7. Princípio do acesso individual e coletivo à justiça ou da inafastabilidade do controle jurisdicional ou ubiquidade ou indeclinabilidade da jurisdição	90
5.4.2.8. Princípio da razoabilidade da duração do processo.....	91
5.4.2.9. Princípio do ativismo judicial.....	92
5.5. Princípios comuns ao direito processual civil e ao direito processual do trabalho	95
5.5.1. Princípio dispositivo ou da demanda.....	95
5.5.2. Princípio inquisitivo ou do impulso oficial	96
5.5.3. Princípio da instrumentalidade	97
5.5.4. Princípio da impugnação especificada.....	97
5.5.5. Princípio da estabilidade da lide	98
5.5.6. Princípio da eventualidade	99
5.5.7. Princípio da preclusão	99
5.5.7.1. Preclusão consumativa	100
5.5.7.2. Preclusão temporal	100
5.5.7.3. Preclusão lógica	100
5.5.7.4. Preclusão ordinatória	101
5.5.7.5. Preclusão máxima	101
5.5.7.6. Preclusão <i>pro judicato</i>	101
5.5.8. Princípio da economia processual.....	102
5.5.9. Princípio da <i>perpetuatio jurisdictionis</i>	102
5.5.10. Princípio do ônus da prova	102
5.5.11. Princípio da oralidade	103
5.5.11.1. Princípio da imediatidade ou da imediação	104
5.5.11.2. Princípio da identidade física do juiz.....	104
5.5.11.3. Princípio da concentração	105
5.5.11.4. Princípio da irrecorribilidade imediata das decisões interlocutórias	105
5.5.12. Princípio da boa-fé processual	106

Sumário

5.5.12.1. Dano processual	107
5.5.13. Princípio da cooperação ou colaboração	108
5.5.14. Princípio da vedação da decisão surpresa.....	109
5.5.15. Princípio da primazia da decisão de mérito	110
5.5.16. Princípio da observância da ordem cronológica de conclusão de processos	111
6. Princípios peculiares do direito processual do trabalho	112
6.1. Princípio da proteção processual	114
6.2. Princípio da finalidade social do processo	117
6.3. Princípio da efetividade social	119
6.4. Princípio da busca da verdade real	120
6.5. Princípio da indisponibilidade	121
6.6. Princípio da conciliação	122
6.7. Princípio da normatização coletiva	124
6.8. Outros princípios do processo trabalhista	124
6.8.1. Princípio da simplicidade das formas	124
6.8.2. Princípio da celeridade	125
6.8.3. Princípio da despersonalização do empregador (desconsideração da personalidade jurídica)	125
6.8.4. Princípio da extrapetição.....	126
7. Natureza jurídica do direito processual do trabalho	127
8. Autonomia.....	127
9. Conceito de direito processual do trabalho	130
10. Hermenêutica do direito processual do trabalho	131
10.1. Interpretação	133
10.2. Integração	138
10.2.1. O CPC e as lacunas ontológicas e axiológicas: necessidade de heterointegração do sistema processual	140
10.3. Aplicação	148
10.4. Eficácia.....	150
10.4.1. Eficácia da norma processual trabalhista no tempo	150
10.4.1.1. Eficácia temporal da EC n. 45/2004.....	151
10.4.1.2. Eficácia temporal do CPC e da Lei n. 13.467/2017	153
10.4.2. Eficácia da norma processual trabalhista no espaço	156
11. Métodos de solução dos conflitos trabalhistas	156
11.1. Autodefesa	157
11.2. Autocomposição	157
11.3. Heterocomposição.....	158
12. História e evolução do direito processual do trabalho	162

Curso de Direito Processual do Trabalho

12.1. Em alguns países.....	162
12.2. No Brasil.....	165
13. Relações transdisciplinares do direito processual do trabalho.....	168
 CAPÍTULO II – Organização da Justiça do Trabalho	
1. Os órgãos do Poder Judiciário brasileiro	170
2. Garantias e vedações dos juizes.....	174
2.1. O ingresso na carreira da magistratura trabalhista.....	176
2.1.1. A necessária formação humanística do juiz do trabalho	178
3. Organização da Justiça do Trabalho nas Constituições brasileiras.....	180
4. Organização da Justiça do Trabalho após a EC n. 24/99	180
4.1. Composição, funcionamento e competência do TST	181
4.2. Composição e funcionamento dos TRTs.....	184
4.3. Composição das Varas do Trabalho	186
4.4. Os Juízos de Direito investidos de jurisdição trabalhista.....	186
4.5. Corregedoria-Geral e Regional do Trabalho e respectivas atribuições....	187
4.5.1. Corregedoria-Geral	187
4.5.2. Corregedoria Regional.....	188
4.6. Serviços auxiliares da Justiça do Trabalho	189
4.6.1. Serviços auxiliares na Primeira Instância.....	189
4.6.2. Serviços auxiliares na Segunda Instância	191
4.6.3. Dos oficiais de justiça avaliadores	191
 CAPÍTULO III Jurisdição Trabalhista e Acesso à Justiça	
1. Acesso à justiça e sua moderna significação	193
1.1. A Reforma Trabalhista e o princípio do acesso à justiça	197
2. Conceito de jurisdição	198
2.1. Tutela jurisdicional e tutela jurisdicional de direitos	200
3. Exceções ao exercício da jurisdição	200
4. Princípios da jurisdição.....	201
5. Características da jurisdição.....	201
6. A jurisdição trabalhista e seu sistema de acesso individual, coletivo e metaindividual à justiça.....	202
6.1. Jurisdição trabalhista individual.....	203
6.2. Jurisdição trabalhista normativa.....	203
6.3. Jurisdição trabalhista metaindividual.....	204
7. Nova jurisdição voluntária e jurisdição contenciosa.....	208

Sumário

CAPÍTULO IV Ministério Público do Trabalho	
1. Origens do Ministério Público.....	213
2. O Ministério Público na Constituição Federal de 1988	214
3. Garantias, prerrogativas e vedações.....	216
4. Organização do Ministério Público.....	218
5. O Ministério Público do Trabalho	219
6. A Lei Complementar n. 75/93.....	219
7. Órgãos do Ministério Público do Trabalho	220
8. Formas de Atuação do Ministério Público do Trabalho.....	222
8.1. Atuação judicial.....	223
8.1.1. O Ministério Público do Trabalho como parte	224
8.1.1.1. Ação civil pública, ação civil coletiva e ação anulatória	225
8.1.2. O Ministério Público do Trabalho como fiscal da ordem jurídica.	225
8.2. Atuação extrajudicial.....	227
8.2.1. Inquérito civil	228
8.2.2. Termo de ajustamento de conduta.....	230
8.3. Principais áreas de atuação institucional do MPT em defesa da ordem jurídico-trabalhista	231
8.3.1. O MPT na mediação e na arbitragem dos conflitos trabalhistas..	231
8.3.2. O MPT na preservação das relações de trabalho	233
8.3.3. Combate às práticas discriminatórias	233
8.3.4. A preservação da liberdade e da dignidade do trabalhador	234
8.3.5. As relações de trabalho e as falsas cooperativas	235
8.3.6. A probidade administrativa e os concursos públicos.....	235
8.3.7. Defesa do meio ambiente de trabalho	236
8.3.8. Ações declaratórias de nulidade de cláusulas ilegais previstas em Acordos e Convenções Coletivas	236
8.3.9. Greves em atividades essenciais	237
CAPÍTULO V Competência da Justiça do Trabalho	
1. Jurisdição e competência	238
2. Competência da Justiça do Trabalho após a EC n. 45/2004	239
2.1. Competência em razão da matéria.....	241
2.1.1. Competência material original.....	243
2.1.1.1. Ações oriundas da relação de emprego	243
2.1.1.1.1. Danos morais individuais e coletivos.....	244
2.1.1.1.1.1. Danos morais individuais	244
2.1.1.1.1.2. Danos morais coletivos.....	245
2.1.1.1.1.3. Danos morais pré e pós-contratuais.....	247

Curso de Direito Processual do Trabalho

2.1.1.1.2. Acidente do trabalho e dano moral em ricochete.....	249
2.1.1.1.2.1. Acidente do trabalho	249
2.1.1.1.2.2. Dano moral em ricochete	253
2.1.1.1.3. Cadastramento de PIS/PASEP	255
2.1.1.1.4. Meio ambiente do trabalho.....	255
2.1.1.1.5. FGTS	257
2.1.1.1.6. Quadro de carreira	258
2.1.1.1.7. Contribuições previdenciárias e Imposto de Renda ...	258
2.1.1.1.7.1. Contribuições previdenciárias destinadas a terceiros	260
2.1.1.1.7.2. Contribuições destinadas ao SAT – Seguro de Acidente do Trabalho	261
2.1.1.1.8. Seguro-desemprego.....	261
2.1.1.1.9. Ações possessórias e interdito proibitório.....	262
2.1.1.1.10. Matéria criminal.....	263
2.1.1.1.11. Complementação de aposentadoria, pensão e previdência privada	267
2.1.1.2. Ações oriundas da relação de trabalho	269
2.1.1.2.1. Relação de trabalho avulso	277
2.1.1.2.2. Relação de trabalho eventual	278
2.1.1.2.3. Relação de trabalho autônomo e relação de consumo...	278
2.1.1.2.3.1. Contrato de honorários advocatícios.....	281
2.1.1.2.3.2. Contratos de empreitada.....	283
2.1.1.2.3.3. Contrato entre médico e plano de saúde.....	285
2.1.1.2.3.4. Residência médica.....	286
2.1.1.2.3.5. Representante comercial.....	287
2.1.1.2.4. Relação de trabalho no âmbito da administração pública	288
2.1.1.2.4.1. Servidor estatutário	288
2.1.1.2.4.2. Servidor temporário.....	291
2.1.1.2.4.3. Servidor celetista	297
2.1.1.2.4.3.1. Servidores das agências reguladoras.....	298
2.1.1.2.4.4. Servidor público, regime jurídico único e competência residual	299
2.1.1.2.4.4.1. Cumulação de competências no mesmo processo.....	300
2.1.2. Competência material derivada	301
2.1.3. Competência normativa (poder normativo).....	305

Sumário

2.1.3.1. Ações que envolvem o exercício do direito de greve	306
2.1.3.1.1. Greve e interdito proibitório	309
2.1.3.1.2. Dissídio coletivo de greve	311
2.1.3.1.3. Greve de servidores públicos	311
2.1.3.2. Ações envolvendo sindicatos	315
2.1.3.2.1. Representação sindical	315
2.1.3.2.2. Contribuições confederativa e assistencial	317
2.1.3.2.3. Contribuição sindical	318
2.1.3.2.4. Eleições sindicais	320
2.1.3.2.5. Danos morais e materiais decorrentes de inadequada atuação do sindicato como substituto processual	322
2.1.3.2.6. Outras questões envolvendo sindicatos	323
2.1.4. Mandado de segurança, <i>habeas corpus</i> e <i>habeas data</i>	323
2.1.5. Conflitos de competência	323
2.1.6. Dano moral ou patrimonial	323
2.1.7. Penalidades administrativas impostas ao empregador pelos órgãos de fiscalização do trabalho	324
2.1.7.1. Penalidades impostas pelos órgãos de fiscalização de profissões regulamentadas	331
2.1.7.2. Ação de execução fiscal de dívida ativa do FGTS	331
2.1.7.3. Competência para julgar empréstimos consignados	332
2.1.8. Competência material executória	332
2.1.8.1. Competência para executar as suas próprias sentenças..	332
2.1.8.1.1. Falência, concordata e recuperação judicial	335
2.1.8.2. Competência para executar contribuições previdenciárias	335
2.2. Competência em razão da pessoa	339
2.2.1. Trabalhadores que podem demandar na Justiça do Trabalho	340
2.2.2. Os entes de direito público externo	343
2.2.3. Os servidores de cartórios extrajudiciais	346
2.3. Competência em razão da função	347
2.3.1. Competência funcional das Varas do Trabalho	348
2.3.2. Competência funcional dos Tribunais Regionais do Trabalho	350
2.3.3. Competência funcional do Tribunal Superior do Trabalho	352
2.3.3.1. Tribunal Pleno	353
2.3.3.2. Órgão Especial	355
2.3.3.3. Seção Especializada em Dissídios Coletivos – SDC	356
2.3.3.4. Seção Especializada em Dissídios Individuais – SDI	357
2.3.3.5. As Turmas	358

Curso de Direito Processual do Trabalho

2.4. Competência em razão do lugar (foro).....	359
2.4.1. Local da prestação do serviço.....	360
2.4.2. Empregado agente ou viajante comercial.....	365
2.4.3. Empregado brasileiro que trabalha no estrangeiro.....	366
2.4.4. Empresa que promove atividade fora do lugar da celebração do contrato.....	368
2.4.5. Competência territorial e funcional para a ação civil pública.....	370
2.5. Foro de eleição.....	371
2.6. Competência absoluta e competência relativa.....	374
2.7. Modificações da competência.....	375
2.7.1. Prorrogação.....	376
2.7.2. Conexão.....	377
2.7.3. Continência.....	378
2.7.4. Prevenção e distribuição por dependência.....	378
2.8. Conflitos de competência.....	381
 CAPÍTULO VI – Ação Trabalhista	
1. Considerações preliminares.....	384
2. Natureza jurídica da ação.....	384
2.1. Teoria da ação como direito autônomo e concreto.....	386
2.2. Teoria da ação como direito autônomo e abstrato.....	386
2.3. Teoria eclética.....	386
3. Moderno conceito de ação.....	387
4. Elementos da ação.....	389
5. Classificação das ações trabalhistas.....	391
5.1. Classificação quinária das ações individuais.....	391
5.1.1. Ações de conhecimento.....	393
5.1.1.1. Ação declaratória incidental.....	395
5.1.1.2. Ações inibitórias.....	395
5.1.1.3. Ação de remoção do ilícito.....	397
5.1.2. Ações executivas.....	398
5.1.3. Ações cautelares.....	400
5.2. Ações coletivas <i>stricto sensu</i> ou dissídios coletivos.....	400
5.3. Ações coletivas <i>lato sensu</i>	401
6. Condições da ação.....	401
6.1. Possibilidade jurídica do pedido.....	403
6.2. Legitimidade das partes.....	403

Sumário

6.2.1. Legitimação extraordinária e substituição processual	406
6.2.2. Legitimação autônoma para a condução do processo	412
6.3. Interesse processual	415
CAPÍTULO VII – Processo e Procedimento	
1. Noções gerais de processo	418
2. As teorias do processo	419
3. Pressupostos processuais	422
3.1. Pressupostos processuais de existência	423
3.1.1. Petição inicial	424
3.1.2. Jurisdição	424
3.1.3. Citação	424
3.2. Pressupostos processuais de validade	424
3.2.1. Pressupostos processuais positivos de validade	425
3.2.1.1. Petição inicial apta	425
3.2.1.2. Competência do juízo	425
3.2.1.3. Capacidade postulatória	426
3.2.1.4. Capacidade processual	426
3.2.1.5. Citação válida	427
3.2.1.6. Imparcialidade do juiz	427
3.2.2. Pressupostos processuais negativos de validade	427
3.2.2.1. Litispendência	427
3.2.2.2. Coisa julgada	428
3.2.2.3. Perempção	428
3.2.2.4. Convenção de arbitragem	429
3.2.2.5. Falta de caução ou qualquer outra prestação exigida por lei	432
3.2.2.6. Ausência de tentativa de conciliação perante Comissão de Conciliação Prévia (CCP)	432
3.3. Momento de examinar os pressupostos processuais	434
4. Processo e procedimento	434
5. Tipos de procedimento no processo do trabalho	436
5.1. Procedimento comum	436
5.1.1. Procedimento comum ordinário	437
5.1.2. Procedimento comum sumário	438
5.1.3. Procedimento comum sumaríssimo	440
5.2. Procedimentos especiais	445
5.3. O procedimento no processo do trabalho após a EC n. 45/2004 e a aplicação da Instrução Normativa n. 27/2005	445

Curso de Direito Processual do Trabalho

5.3.1. Tramitação pelo rito ordinário ou sumaríssimo	445
5.3.2. Sistemática recursal trabalhista	446
5.3.3. Pagamento das custas	447
5.3.4. Emolumentos	447
5.3.5. Honorários advocatícios de sucumbência	448
5.3.6. Honorários periciais	448
CAPÍTULO VIII – Atos, Termos, Prazos Processuais e Processo Informatizado	
1. Atos processuais	450
1.1. Comunicação dos atos processuais: notificação, citação e intimação	452
1.1.1. Citação	452
1.1.2. Intimação	455
1.1.3. Ato processual por fac-símile	458
1.1.4. Ato processual por e-mail (correio eletrônico)	459
1.1.5. Cartas precatória, rogatória e de ordem	459
2. Termos processuais.....	461
3. Prazos processuais.....	461
3.1. Classificação	461
3.1.1. Quanto à origem da fixação	462
3.1.2. Quanto à natureza	462
3.1.3. Quanto aos destinatários	462
3.2. Contagem dos prazos	464
3.3. Suspensão e interrupção dos prazos	467
4. Despesas processuais	469
5. Distribuição e registro	469
5.1. Distribuição por dependência	471
6. Processo informatizado	471
6.1. A faculdade da utilização da informatização em qualquer processo judicial	472
6.2. Definições no PJe-JT	474
6.2.1. Acesso ao sistema do PJe-JT	476
6.2.2. Assinaturas digitais	476
6.3. Atos processuais por meios eletrônicos mediante credenciamento prévio.....	477
6.4. Comprovação da prática de ato processual por meio eletrônico	479
6.5. A comunicação eletrônica dos atos processuais	480
6.5.1. Diário da Justiça eletrônico – DJe	480

Sumário

6.5.2. Intimações eletrônicas	481
6.5.3. Citações eletrônicas	483
6.5.4. Cartas precatórias, rogatórias e de ordem eletrônicas	484
6.6. Vantagens e desvantagens do processo judicial eletrônico – <i>PJe</i>	484
6.6.1. Mudança na gestão material e humana dos órgãos judiciais	485
6.6.2. Características do processo judicial eletrônico	486
6.6.3. Guarda dos autos	487
6.6.4. Redistribuição do trabalho	487
6.6.5. Tramitação do processo	487
6.6.6. Funcionamento ininterrupto da prestação jurisdicional	487
6.6.7. A facultatividade do processo eletrônico	488
6.6.8. Os atos processuais no processo eletrônico	488
6.6.9. Distribuição, juntada de petições e prazo	489
 CAPÍTULO IX – Nulidades Processuais	
1. Conceito	491
2. Princípios das nulidades processuais	492
2.1. Princípio da instrumentalidade das formas	492
2.2. Princípio do prejuízo ou da transcendência	494
2.3. Princípio da preclusão ou convalidação	495
2.4. Princípio da economia e celeridade processuais	496
2.5. Princípio do interesse	497
2.6. Princípio da utilidade	498
3. Atos processuais nulos, anuláveis e inexistentes	500
3.1. Nulidade absoluta e nulidade relativa do ato processual	501
3.2. Ato processual inexistente	502
 CAPÍTULO X – Partes e Procuradores	
1. Sujeitos do processo e sujeitos da lide	503
2. Partes	504
3. Litisconsórcio	505
3.1. Espécies de litisconsórcio	506
3.2. Litisconsórcio ativo (“reclamatória plúrima”)	510
3.2.1. Litisconsórcio facultativo multitudinário	511
3.3. Litisconsórcio passivo	513
4. capacidade de ser parte e capacidade processual	515
4.1. Capacidade de ser parte	516
4.2. Capacidade processual	516

Curso de Direito Processual do Trabalho

5. Capacidade postulatória (<i>jus postulandi</i>)	517
6. Representação e assistência	519
6.1. Representação das pessoas físicas	520
6.1.1. Representação do empregado por sindicato	520
6.1.2. Representação do empregado por outro empregado	521
6.1.3. Representação dos empregados na reclamatória plúrima e na ação de cumprimento	521
6.1.4. Representação dos empregados menores	522
6.1.5. Representação do empregado falecido	525
6.2. Representação das pessoas jurídicas e outros entes sem personalidade ..	527
6.3. Representação por advogado	531
6.3.1. Mandato tácito ou <i>apud acta</i>	537
6.3.2. Representação por estagiário de direito	538
6.4. Assistência judiciária gratuita, benefício da justiça gratuita e princípio da gratuidade nas ações coletivas	538
6.5. Assistência judiciária e Defensoria Pública da União	545
7. Substituição processual	546
8. Sucessão processual	546
9. Deveres das partes e de todos que participam do processo	549
10. Litigância de má-fé	551
11. Assédio processual	552
 CAPÍTULO XI – Intervenção de Terceiros	
1. Conceito.....	555
2. Classificação.....	556
3. Tipologia.....	557
3.1. Assistência	557
3.2. Oposição	560
3.3. Nomeação à autoria	563
3.4. Denúnciação da lide	563
3.5. Chamamento ao processo	569
3.6. Incidente de desconsideração da personalidade jurídica.....	572
3.6.1. O incidente da desconsideração da personalidade jurídica do CPC nas ações coletivas	579
3.7. <i>Amicus curiae</i>	580
 CAPÍTULO XII – Petição Inicial	
1. Noções preliminares.....	582

Sumário

2. Requisitos da petição inicial	583
2.1. Endereçamento ou designação do Juízo.....	585
2.2. Qualificação das partes	587
2.2.1. Substituição processual e rol de substituídos.....	588
2.3. Breve exposição dos fatos de que resulte o dissídio (causa de pedir)	589
2.4. O pedido.....	593
2.4.1. Classificação dos pedidos.....	595
2.4.1.1. Pedidos simples ou cumulados	596
2.4.1.2. Pedidos principal, acessório e implícito.....	598
2.4.1.2.1. Pedido implícito e princípio da extrapetição.....	599
2.4.1.3. Pedidos alternativos.....	600
2.4.1.4. Pedidos sucessivos.....	601
2.4.1.5. Pedido sucessivo eventual ou subsidiário.....	603
2.4.1.6. Pedidos líquidos e ilíquidos	605
2.4.1.7. Pedidos cominatórios	609
2.5. A data	610
2.6. A assinatura do subscritor.....	611
2.7. Documentos que devem acompanhar a petição inicial.....	611
2.8. Outros requisitos de aplicação duvidosa no processo do trabalho	613
2.8.1. A especificação das provas.....	614
2.8.2. Requerimento para citação	614
2.8.3. Valor da causa.....	615
2.9. Petição inicial no PJe-JT.....	617
3. Alteração da petição inicial.....	618
3.1. Aditamento da petição inicial	618
3.2. Emenda à petição inicial.....	619
4. Indeferimento da petição inicial.....	622
4.1. Improcedência liminar do pedido	624
5. Da tutela provisória: cabimento no processo do trabalho	624
5.1. Tutela provisória de urgência	626
5.2. Natureza jurídica.....	628
5.3. O ato judicial que concede a tutela antecipada	628
5.4. Procedimento da tutela provisória de urgência antecipada antecedente	629
5.5. Procedimento da tutela provisória de urgência cautelar antecedente	631
5.6. Tutela antecipada contra o Poder Público.....	632
5.7. Tutela provisória da evidência	633

*Curso de Direito Processual do Trabalho***CAPÍTULO XIII – Audiência**

1. Generalidades	635
2. Presença do juiz e servidores nas audiências.....	635
3. Poder de polícia	636
4. Registro das audiências	637
5. Audiência de conciliação, instrução e julgamento	637
5.1. Audiência por videoconferência	639
6. Comparecimento das partes	640
6.1. Comparecimento do empregador ou do preposto	640
6.2. Comparecimento do preposto/advogado.....	641
6.3. Ausência do reclamante à audiência inaugural.....	641
6.4. Comparecimento das partes no dissídio individual plúrimo	643
6.5. Comparecimento da parte e não comparecimento do seu advogado	645
6.6. Comparecimento das partes na ação de cumprimento	645
6.7. Não comparecimento simultâneo do autor e do réu	646
7. Arquivamento dos autos e confissão do autor	648
8. Revelia e confissão.....	651
8.1. Revelia e confissão das pessoas jurídicas de direito público	654
8.2. Revelia e comparecimento do advogado não empregado	654
8.3. Comparecimento do preposto sem carta de preposição	656
8.4. Atrasos das partes: revelia e arquivamento	656
8.5. Revelia em ação rescisória	657
8.6. Revelia e litisconsórcio	657
8.7. Réu revel citado por edital e o curador especial	659
9. Comparecimento das testemunhas	660
9.1. Comparecimento das testemunhas no procedimento sumaríssimo	662
10. Propostas de conciliação	663
11. Acordo e termo de conciliação	665
12. Termo de conciliação e contribuições previdenciárias.....	666

CAPÍTULO XIV – Defesa do Réu

1. Bilateralidade da ação e da defesa	667
2. Direito de defesa do réu.....	667
2.1. Prazo da contestação	668
3. Espécies de defesas do réu.....	670
4. Exceções	671
4.1. Exceções e suspensão do processo	672

Sumário

4.2. Exceções de suspeição e impedimento.....	672
4.2.1. Procedimento das exceções de suspeição e impedimento.....	673
4.3. Exceção de incompetência.....	678
4.3.1. Exceção de incompetência relativa apresentada no domicílio do réu.....	681
5. Contestação.....	681
5.1. Contestação contra o processo.....	683
5.1.1. Incompetência absoluta.....	684
5.1.2. Inépcia da petição inicial.....	685
5.1.3. Inexistência ou nulidade da citação.....	685
5.1.4. Litispendência e coisa julgada.....	687
5.1.4.1 Litispendência e coisa julgada entre ação coletiva e ação individual.....	687
5.1.5. Perempção e falta de caução.....	688
5.1.6. Conexão e continência.....	689
5.1.7. Incapacidade da parte, defeito de representação e falta de autorização.....	689
5.1.8. Carência de ação.....	690
5.1.9. O momento de apreciação das matérias do art. 337 do CPC.....	691
5.2. Contestação contra o mérito.....	692
5.2.1. Contestação indireta do mérito (fatos impeditivos, modificativos e extintivos).....	692
5.2.1.1. Prescrição e decadência.....	693
5.2.1.1.1. Prescrição pronunciada de ofício.....	695
5.2.1.1.1.1. Prescrição intercorrente pronunciada de ofício.....	698
5.2.1.1.1.2. Prescrição em ações coletivas.....	698
5.2.1.1.1.3. Prescrição arguida pelo Ministério Público do Trabalho.....	698
5.2.1.1.1.4. Momento de arguição da prescrição.....	699
5.2.1.1.1.5. Interrupção da prescrição.....	701
5.2.1.2. Prescrição intercorrente.....	703
5.2.1.3. Compensação, retenção e dedução.....	704
5.2.2. Contestação direta do mérito.....	707
5.2.2.1. Negativa dos fatos constitutivos.....	708
5.2.2.2. Negativa dos efeitos dos fatos constitutivos.....	709
5.2.3. Fatos supervenientes.....	709
6. Reconvenção.....	709
6.1. Requisitos específicos da reconvenção.....	710

Curso de Direito Processual do Trabalho

6.2. Reconvenção e inquérito judicial	712
6.3. Reconvenção e ação de consignação em pagamento.....	712
6.4. Reconvenção em dissídio coletivo.....	714
6.5. Reconvenção, compensação e dedução.....	715
6.6. A defesa na reconvenção.....	715
6.7. Revelia e confissão ficta na reconvenção	716
6.8. A resolução do processo da ação e da reconvenção	716
6.9. Julgamento simultâneo da ação e da reconvenção	717
7. Impugnação ao valor da causa.....	717
CAPÍTULO XV – Das Provas no Processo do Trabalho	
1. A instrução do processo	720
2. Conceito de prova	721
3. Princípios probatórios	722
3.1. Princípio do contraditório e da ampla defesa.....	722
3.2. Princípio da necessidade da prova	724
3.3. Princípio da unidade da prova	726
3.4. Princípio da proibição da prova obtida ilicitamente.....	726
3.5. Princípio do livre convencimento <i>versus</i> dever de fundamentar a decisão.....	730
3.6. Princípio da oralidade.....	732
3.7. Princípio da imediação.....	733
3.8. Princípio da aquisição processual	734
3.9. Princípio <i>in dubio pro misero ou pro operario</i>	735
3.10. Princípio da busca da verdade real.....	737
3.11. Máximas de experiência.....	738
4. Objeto da prova.....	740
4.1. Fatos que não dependem de prova.....	740
5. Ônus da prova.....	743
5.1. O problema do ônus da prova do fato negativo.....	746
5.2. Inversão do ônus da prova antes da Lei n. 13.467/2017	748
5.3. Moderna teoria da distribuição dinâmica do ônus da prova	750
5.3.1. Momento processual para inversão do ônus da prova.....	753
6. Meios de prova.....	754
6.1. Depoimento pessoal e interrogatório	755
6.1.1. Confissão real e ficta.....	758

Sumário

6.2. Prova testemunhal.....	760
6.3. Prova documental	765
6.3.1. Incidente de falsidade documental	771
6.3.2. Exibição de documentos	771
6.3.3. Documento eletrônico	773
6.4. Perícia	774
6.4.1. Prova pericial emprestada	782
6.5. Inspeção judicial.....	784
6.6. Prova emprestada no CPC e sua aplicação no processo do trabalho.....	787
CAPÍTULO XVI – Da Suspensão do Processo	
1. Generalidades	788
2. Suspensão por morte ou perda da capacidade processual	789
3. Suspensão do processo por convenção das partes.....	790
4. Suspensão do processo por arguição de impedimento ou de suspeição.....	790
5. Suspensão por dependência de julgamento de outro processo.....	791
5.1. Processos suspensos em razão de repercussão geral	794
5.2. Suspensão pela admissão de incidente de resolução de demandas repetitivas	795
6. Suspensão condicionada a fato ou a realização de prova requisitada	796
7. Suspensão condicionada a julgamento de questão de estado	796
8. Suspensão por motivo de força maior	796
9. Suspensão do processo individual para aguardar decisão em processo coletivo.....	797
10. Proibição de praticar atos durante a suspensão processual.....	798
CAPÍTULO XVII – Razões Finais, Sentença e Coisa Julgada	
1. Razões finais	799
2. Conciliação pré-decisória	802
3. Acordo (termo de conciliação).....	803
4. Conversão do julgamento em diligência	804
5. Poderes, deveres e responsabilidades do juiz	805
5.1. Atos (pronunciamentos) do juiz	806
5.2. Sentença e justiça	808
5.3. Novo conceito de sentença	810
5.3.1. Novo conceito de sentença terminativa.....	811
5.3.2. Novo conceito de sentença definitiva	812
5.4. A classificação quinária das sentenças	819

Curso de Direito Processual do Trabalho

5.4.1. Sentença declaratória	821
5.4.1.1. Sentença que declara a inexistência de relação empregatícia	822
5.4.1.2. Declaração incidental de existência de relação jurídica litigiosa	822
5.4.1.3. Declaração incidental de inconstitucionalidade exercida por juiz singular	823
5.4.2. Sentença constitutiva.....	824
5.4.3. Sentença condenatória.....	825
5.4.4. Sentenças mandamentais e executivas <i>lato sensu</i>	825
5.4.4.1. Medidas indutivas e coercitivas nas sentenças condenatórias de obrigação de pagar	827
5.4.4.2. Hipoteca e protesto da sentença em órgãos de proteção ao crédito	827
5.5. Colusão ou lide simulada	829
5.6. Sentença e termo de conciliação	830
5.7. Elementos essenciais da sentença	831
5.7.1. Relatório	832
5.7.2. Fundamentação	833
5.7.2.1. Fundamentação exauriente no CPC	835
5.7.2.2. Fundamentação da sentença na LINDB.....	841
5.7.3. Dispositivo	842
5.8. Requisitos complementares da sentença	843
5.8.1. Prazo e condições para cumprimento da sentença	845
5.8.2. Despesas processuais	845
5.8.3. Responsabilidade pelo recolhimento da contribuição previdenciária e imposto de renda	845
5.9. Julgamento <i>citra, ultra e extra petita</i>	847
5.10. Julgamento parcial antecipado (sentença parcial de mérito).....	849
5.11. Sentença de improcedência liminar	851
5.12. Intimação da sentença	853
6. Coisa julgada	853
6.1. Coisa julgada formal	854
6.2. Coisa julgada material	855
6.2.1. Relativização da coisa julgada material.....	856
7. Limites objetivos e subjetivos da coisa julgada	859
7.1. Limites subjetivos	859
7.2. Limites objetivos	861
8. Autonomia da coisa julgada no processo do trabalho	862

Sumário

Despesas processuais.....	865
1. Custas e emolumentos	865
1.1.1. Pagamento de custas e emolumentos	870
1.1.2. Isenção ou dispensa do pagamento das despesas processuais	872
1.2. Honorários advocatícios	875
1.2.1. Honorários advocatícios na sucumbência recíproca	880
1.2.1.1. Honorários advocatícios de sucumbência e benefício da justiça gratuita	885
1.2.1. Honorários advocatícios nas ações acidentárias	886
1.2.2.1. Honorários advocatícios em outras ações indenizatórias....	887
1.2.3. Honorários advocatícios na substituição processual	889
1.2.4. Honorários advocatícios nas ações oriundas da relação de trabalho	893
1.3. Honorários periciais	893
1.4. Honorários do intérprete	895
1.5. Despesas processuais no microsistema do processo coletivo	896
 CAPÍTULO XIX – Teoria Geral dos Recursos Trabalhistas	
1. Considerações preambulares	898
2. Conceito de recurso	898
3. Natureza jurídica dos recursos trabalhistas	900
3.1. Recurso como ação autônoma de impugnação	900
3.2. Recurso como prolongamento do exercício do direito de ação.....	900
4. Classificação dos recursos	901
5. Sistemas recursais	903
5.1. Sistema ampliativo	903
5.2. Sistema limitativo	903
6. Princípios recursais no processo do trabalho	904
6.1. Princípio do duplo grau de jurisdição	904
6.2. Princípio da irrecorribilidade imediata das decisões interlocutórias	907
6.2.1. Princípio da instrumentalidade das formas	910
6.2.2. Princípio da preclusão.....	910
6.2.3. Princípio da transcendência ou prejuízo	911
6.2.4. Princípio da proteção ou do interesse	911
6.2.5. Princípio da convalidação	912
6.2.6. Princípio da causalidade, utilidade ou aproveitamento	912
6.3. Princípio da manutenção dos efeitos da sentença	913
6.3.1. Efeito devolutivo	913
6.3.2. Efeito suspensivo	918

Curso de Direito Processual do Trabalho

6.3.3. Efeito translativo	919
6.3.4. Efeito substitutivo	923
6.3.5. Efeito extensivo	925
6.3.6. Efeito regressivo	926
6.3.7. Efeito expansivo	927
6.3.8. Efeito diferido.....	928
6.4. Princípio da singularidade, univocidade ou unicidade recursal	929
6.5. Princípio da conversibilidade ou fungibilidade	930
6.6. Princípio da dialeticidade ou discursividade	931
6.7. Princípio da voluntariedade	935
6.8. Princípio da proibição da <i>reformatio in pejus</i>	936
6.9. Princípio da taxatividade	936
7. Pressupostos recursais genéricos	937
7.1. Pressupostos subjetivos (ou intrínsecos)	938
7.2. Pressupostos objetivos (ou extrínsecos)	940
7.2.1. Cabimento	940
7.2.2. Adequação.....	940
7.2.3. Tempestividade.....	941
7.2.3.1. Recesso forense.....	943
7.2.4. Regularidade de representação	944
7.2.5. Preparo	950
7.2.5.1. Custas	950
7.2.5.1.1. Pagamento de multa por reiteração de embargos procrastinatórios como pressuposto recursal	958
7.2.5.1.2 Pagamento de multa por agravo interno declarado manifestamente inadmissível	959
7.2.5.2. Depósito recursal	960
7.2.5.2.1. Depósito recursal em agravo de instrumento	972
7.2.6. Inexistência de fato extintivo ou impeditivo do direito de recorrer	972
7.2.6.1. Renúncia e desistência do recurso.....	972
7.2.7. Regularidade formal	974
8. Remessa necessária (ou <i>ex officio</i>).....	976
8.1. Natureza jurídica da remessa necessária.....	977
8.2. Peculiaridades da remessa necessária	977
8.3. Semelhanças da remessa necessária com os recursos	978
8.4. A remessa necessária no CPC e suas repercussões no processo do trabalho	978

8.5. Aplicação supletiva da remessa necessária no sistema recursal trabalhista	980
9. Juntada de documentos na fase recursal	983
10. Recurso interposto por fac-símile ou por meio eletrônico	984
10.1. Recurso interposto por fac-símile.....	984
10.2. Recurso interposto por meio eletrônico.....	986
11. Contrarrazões	988
11.1. Prescrição arguida em contrarrazões	988
12. Recursos interpostos por terceiro, pelo Ministério Público e pela União ...	990
12.1. Terceiro prejudicado.....	990
12.1.1. Recurso interposto por perito	991
12.1.2. Recurso interposto por advogado	993
12.2. Recursos interpostos pelo Ministério Público do Trabalho	995
12.2.1. Prazo recursal do MPT.....	997
12.3. Recursos interpostos pela União (sucessora do INSS)	998
13. Juízo de admissibilidade e o art. 932 do CPC (ampliação dos poderes do relator).....	1000
14. Cláusula/súmula impeditiva de recurso.....	1003
 CAPÍTULO XX – Recursos Trabalhistas em Espécie	
1. Tipologia dos recursos trabalhistas.....	1005
2. Recurso ordinário	1006
2.1. Denominação.....	1006
2.2. Cabimento	1007
2.3. Efeitos do recurso ordinário	1011
2.3.1. Efeito devolutivo	1011
2.3.1.1. Ampliação do efeito devolutivo	1012
2.3.2. Efeito translativo	1013
2.3.2.1. A questão da prescrição em recurso ordinário.....	1016
2.3.3. Efeito expansivo	1020
2.3.3.1. Efeito expansivo e o problema da prescrição	1023
2.3.3.2. Efeito expansivo ampliado do recurso ordinário contra sentença de mérito	1025
2.3.4. Efeito suspensivo.....	1027
2.3.5. Questões de fato não apreciadas na sentença	1028
2.4. Pressupostos de admissibilidade.....	1029
2.4.1. Preparo (custas e depósito recursal)	1029
2.4.2. Capacidade/representatividade: a questão do <i>jus postulandi</i>	1030

Curso de Direito Processual do Trabalho

2.5. Procedimento	1031
2.6. Resultado não unânime no julgamento do recurso ordinário	1035
3. Recurso de revista.....	1036
3.1. Conceito e natureza jurídica	1036
3.2. Pressupostos de admissibilidade	1038
3.2.1. Pressupostos genéricos	1038
3.2.1.1. Preparo.....	1038
3.2.1.2. Representatividade/capacidade das partes	1040
3.2.2. Pressupostos específicos.....	1040
3.2.2.1. Decisão proferida em grau de recurso ordinário em dissídios individuais	1040
3.2.2.2. Prequestionamento.....	1042
3.2.2.2.1. Necessidade de impugnar todos os fundamentos do acórdão recorrido.....	1045
3.2.2.3. Reexame de fatos e provas	1046
3.2.2.4. Transcendência.....	1048
3.2.2.5. Outros pressupostos específicos criados pelas Leis ns. 13.015/2014 e 13.467/2017.....	1053
3.2.2.6. Defeito formal não reputado grave.....	1054
3.3. Cabimento	1056
3.3.1. Divergência jurisprudencial na interpretação de lei federal	1059
3.3.2. Divergência jurisprudencial na interpretação de lei estadual, convenção coletiva, acordo coletivo, sentença normativa ou regulamento de empresa.....	1065
3.3.3. Violação de literal dispositivo de lei federal ou da Constituição da República.....	1067
3.3.3.1. Violação literal de lei e fixação do valor dos danos morais	1070
3.4. Efeitos do recurso de revista	1071
3.5. Procedimento	1072
3.6. A Instrução Normativa TST n. 23/2003 (DJU).....	1075
3.7. Incidente de recursos de revista repetitivos	1075
3.7.1. Base legal	1075
3.7.2. Aplicabilidade do incidente aos recursos pendentes	1079
3.7.3. Cabimento do incidente	1080
3.7.4. Assunção ou deslocamento de competência	1082
3.7.5. Suspensão dos recursos repetitivos.....	1083
3.7.5.1. Suspensão dos processos encaminhados ao STF.....	1085

Sumário

3.7.6. Audiência pública e intervenção de <i>amici curiae</i>	1086
3.7.7. Prazo de julgamento	1088
3.7.8. Limites da decisão no incidente	1088
3.7.9. Manutenção de entendimento e juízo de retratação.....	1088
3.7.10. Desistência da ação com questão idêntica à resolvida em incidente de recursos repetitivos	1089
3.7.11. Questão constitucional	1090
3.7.12. Publicidade das questões objeto de recursos repetitivos	1090
3.7.13. Resultado do julgamento do incidente de recursos de revista repetitivos.....	1090
3.7.14. Revisão e modulação dos efeitos da decisão sobre o incidente de recursos repetitivos	1092
4. Recurso de embargos no TST.....	1093
4.1. Embargos infringentes	1094
4.1.1. Procedimento.....	1096
4.2. Embargos de divergência	1096
4.2.1. Procedimento	1102
4.2.2. Assunção de competência no julgamento de embargos	1103
4.2.2.1. Embargos de divergência repetitivos.....	1103
4.3. Embargos de nulidade.....	1104
5. Agravo.....	1104
5.1. Agravo de petição	1105
5.1.1. Delimitação de matéria	1110
5.1.2. Efeitos	1111
5.1.3. Preparo.....	1112
5.1.4. Procedimento.....	1113
5.2. Agravo de instrumento.....	1114
5.2.1. Cabimento.....	1114
5.2.2. Efeitos	1118
5.2.3. Depósito recursal em agravo de instrumento.....	1120
5.2.4. Processamento.....	1124
5.2.4.1. Agravo de instrumento no PJe	1129
5.3. Agravo regimental.....	1130
5.3.1. Cabimento.....	1130
5.3.2. Efeitos	1132
5.3.3. Procedimento	1132
5.4. Agravo interno.....	1133

Curso de Direito Processual do Trabalho

5.4.1. Agravo Interno no âmbito do TST	1135
6. Embargos de declaração	1137
6.1. Cabimento	1137
6.1.1. Omissão de ponto, questão ou matéria e prequestionamento	1139
6.1.2. Obscuridade.....	1142
6.1.3. Contradição.....	1142
6.1.4. Erro material	1144
6.1.5. Cabimento contra algumas decisões interlocutórias.....	1144
6.1.6. Preparo.....	1146
6.2. Juízo de admissibilidade e juízo de mérito	1146
6.3. Efeitos.....	1147
6.3.1. Efeito devolutivo	1147
6.3.2. Efeito translativo	1147
6.3.3. Efeito interruptivo	1148
6.3.4. Efeito modificativo.....	1149
6.4. Procedimento	1151
6.5. Multas por embargos de declaração protelatórios	1153
7. Recurso extraordinário em matéria trabalhista.....	1155
7.1. Natureza jurídica.....	1155
7.2. Cabimento	1156
7.3. Pressupostos de admissibilidade.....	1157
7.3.1. Existência de uma causa	1158
7.3.2. Decisão de única ou última instância	1158
7.3.2.1. Decisão de última instância.....	1159
7.3.2.2. Decisão de única instância	1160
7.3.3. Questão constitucional	1163
7.3.3.1. Repercussão geral da questão constitucional.....	1164
7.4. Prequestionamento.....	1169
7.5. Efeitos.....	1171
7.5.1. Recurso extraordinário e execução da sentença.....	1171
7.6. Prazo e processamento.....	1173
7.7. Embargos de divergência no STF	1175
8. Recurso adesivo	1175
8.1. Pressupostos de admissibilidade	1177
8.2. Cabimento	1178
8.3. Legitimação	1179
8.4. Efeitos	1180

Sumário

8.5. Procedimento	1181
9. Pedido de revisão	1182
9.1. A recepção da causa de alçada pela Constituição Federal.....	1182
9.2. Finalidade do valor da causa no processo do trabalho	1183
9.3. Indicação ou fixação do valor da causa	1183
9.4. Natureza da decisão recorrida	1184
9.5. Natureza do pedido de revisão	1184
9.6. Pressupostos	1184
9.7. Efeitos e processamento	1185
10. Reclamação constitucional	1185
11. Correição parcial ou reclamação correicional.....	1189
 CAPÍTULO XXI – Do Processo nos Tribunais Trabalhistas	
1. Da uniformização de jurisprudência	1192
1.1. Conceito e importância da jurisprudência	1192
1.2. Métodos de solução de divergência jurisprudencial	1194
1.3. Da uniformização de jurisprudência nos TRTs e a Lei n. 13.467/2017 ...	1194
1.4. Do incidente de assunção de competência	1204
1.4.1. Incidente de assunção de competência no CPC de 1973.....	1205
1.4.2. Incidente de assunção de competência no CPC de 2015.....	1206
1.4.3. Extensão da força vinculante do acórdão proferido em incidente de assunção de competência	1208
1.4.4. Incidente de assunção de competência no processo do trabalho..	1209
2. Declaração incidental de inconstitucionalidade.....	1211
2.1. Controle de constitucionalidade no ordenamento jurídico brasileiro	1211
2.2. A declaração incidental de inconstitucionalidade e a cláusula de reserva do plenário	1213
2.2.1. Natureza do incidente de inconstitucionalidade	1214
2.2.2. Legitimidade.....	1214
2.2.2.1. Outros legitimados para atuar no incidente	1214
2.2.3. Procedimento	1215
2.2.3.1. Admissibilidade do incidente pela turma	1216
2.2.3.2. Lavratura de acórdão	1217
2.2.3.3. Efeito vinculante da decisão do Pleno	1219
2.2.3.4. Irrecorribilidade das decisões	1220
3. Incidente de resolução de demandas repetitivas	1221
3.1. Cabimento.....	1222

Curso de Direito Processual do Trabalho

3.2. Legitimados	1224
3.3. Órgão competente para julgar o incidente	1224
3.4. Ampla publicidade do incidente.....	1224
3.5. Suspensão dos processos	1225
3.6. Procedimento	1225
3.7. Efeito vinculante do julgamento	1226
3.8. Revisão de tese jurídica e recorribilidade.....	1227
 CAPÍTULO XXII – Liquidação de Sentença	
1. Noções gerais	1228
2. Conceito e natureza jurídica	1231
3. Espécies de liquidação de sentença.....	1234
3.1. Liquidação por cálculo	1236
3.1.1. Juros e atualização monetária.....	1237
3.1.1.1. Juros de mora devidos pela Fazenda Pública	1244
3.1.2. Imposto de renda e contribuição previdenciária.....	1245
3.1.3. Danos morais e materiais (juros e atualização monetária).....	1246
3.1.4. Procedimento.....	1248
3.1.5. Cálculos complexos	1249
3.2. Liquidação por arbitramento	1249
3.3. Liquidação pelo procedimento comum	1251
3.4. Liquidação nas ações coletivas, inclusive na substituição processual.....	1254
3.4.1. Liquidação nas ações coletivas para tutela de interesses difusos e coletivos.....	1254
3.4.2. Liquidação nas ações coletivas para tutela de interesses individuais homogêneos (substituição processual)	1255
4. “Sentença” de liquidação	1257
 CAPÍTULO XXIII – Execução e Cumprimento da Sentença	
1. Natureza jurídica da execução trabalhista diante do CPC de 2015: necessidade de heterointegração dos subsistemas processuais civil e trabalhista.....	1260
2. A nova sistemática dos títulos executivos	1266
2.1. Sistema destinado à efetivação do título judicial.....	1267
2.1.1. Subsistema do cumprimento da sentença (processo sincrético)...	1267
2.1.2. Subsistema do cumprimento das obrigações reconhecidas em outros títulos executivos judiciais	1268
2.2. Sistema destinado à efetividade dos títulos executivos extrajudiciais (processo de execução)	1268

Sumário

2.3. Os títulos executivos judiciais e extrajudiciais do processo do trabalho...	1269
3. Estrutura orgânica do sistema de cumprimento da sentença trabalhista que reconheça obrigação por quantia certa.....	1273
3.1. Quantificação	1273
3.2. Constrição.....	1274
3.3. Expropriação	1275
4. Cumprimento ou execução da sentença trabalhista na perspectiva do CPC	1275
5. Cumprimento da sentença que reconheça a exigibilidade das obrigações de fazer, não fazer ou entregar coisa.....	1277
6. Ampliação do sincretismo processual no CPC para as sentenças que reconheçam a exigibilidade da obrigação de pagar quantia certa.....	1280
7. Do procedimento alusivo ao cumprimento da sentença que reconheça a exigibilidade da obrigação de pagar quantia certa	1281
7.1. Competência	1282
7.1.1. Competência para execução em ações coletivas para tutela de direitos individuais homogêneos	1283
7.2. Da intimação do devedor para cumprimento da sentença	1284
7.3. Incidência da multa e dos honorários advocatícios pelo não pagamento espontâneo da obrigação por quantia certa.....	1288
7.3.1. Natureza da multa de dez por cento.....	1292
7.3.2. Incidência da multa de dez por cento na execução provisória	1293
7.4. Do auto de penhora e avaliação	1294
7.5. Arquivamento dos autos.....	1295
8. Impugnação (ou embargos) do executado.....	1296
8.1. Matéria arguível na impugnação (embargos) do executado	1298
8.1.1. Parcelamento da dívida trabalhista	1300
9. Impugnação do exequente.....	1303
10. Efeito suspensivo da impugnação (ou embargos) do executado.....	1303
11. Recorribilidade da decisão que resolve a impugnação (ou embargos) do executado.....	1305
12. Cumprimento provisório (execução provisória) da sentença.....	1306
12.1. Carta de sentença	1314
12.2. Cumprimento de sentença quando pendente recurso extraordinário..	1315
12.3. Cumprimento provisório de sentença que reconheça obrigação de fazer ..	1315
12.4. Penhora em dinheiro na execução provisória	1316
12.5. Penhora de crédito na execução provisória	1319

Curso de Direito Processual do Trabalho

13. Princípios do cumprimento da sentença e da execução trabalhista	1320
13.1. Princípio da igualdade de tratamento das partes	1320
13.2. Princípio da natureza real da execução	1320
13.3. Princípio da limitação expropriatória	1321
13.4. Princípio da utilidade para o credor	1322
13.5. Princípio da não prejudicialidade do executado	1322
13.6. Princípio da especificidade	1323
13.7. Princípio da responsabilidade pelas despesas processuais.....	1323
13.8. Princípio do não aviltamento do devedor	1323
13.9. Princípio da vedação do retrocesso social	1324
13.10. Princípio da livre disponibilidade do processo pelo credor	1324
14. Legitimação <i>ad causam</i> na execução	1325
14.1. Legitimação ativa	1325
14.2. Legitimação passiva	1327
14.2.1. Desconsideração da pessoa jurídica do executado	1330
15. Execução de título extrajudicial por quantia certa contra executado solvente..	1334
16. Penhora	1336
16.1. Bens impenhoráveis.....	1339
16.1.1. Penhora de créditos de natureza alimentícia de qualquer natureza e altos rendimentos	1341
16.1.2. Bens de família	1344
16.1.3. Penhorabilidade do dinheiro na execução provisória.....	1348
16.2. Penhora de crédito do executado	1348
16.2.1. Penhora de crédito do executado na execução provisória.....	1350
16.3. Penhora de empresa	1350
16.4. Penhora <i>on-line</i>	1352
16.5. Penhora de imóvel.....	1356
16.6. Substituição ou modificação da penhora	1357
16.7. Avaliação dos bens penhorados.....	1360
17. Depósito e depositário infiel	1361
18. Cumprimento ou execução da obrigação de entregar coisa certa ou incerta....	1362
19. Cumprimento ou execução das obrigações de fazer ou não fazer e das tutelas inibitórias.....	1366
19.1. Termo de Ajustamento de Conduta.....	1368
20. Execução para pagamento de prestações sucessivas	1370
21. Execução contra o devedor concordatário	1371
22. Execução contra massa falida ou empresa em recuperação judicial	1372

Sumário

23. Execução contra empresas em liquidação extrajudicial.....	1378
24. Embargos à execução	1379
24.1. Noções básicas.....	1379
24.2. Tipologia	1379
25. Embargos do executado.....	1380
25.1. Denominação.....	1380
25.2. Natureza jurídica dos embargos do executado	1383
25.3. Matérias argúveis nos embargos do executado	1385
25.3.1. Prescrição da execução ou prescrição intercorrente?	1388
25.3.2. Inexigibilidade de título judicial fundado em lei declarada inconstitucional.....	1392
25.3.3. Parcelamento de dívida	1392
25.4. Prazo	1393
25.5. Procedimento	1396
26. Embargos à penhora.....	1399
27. Embargos à arrematação e à adjudicação	1400
28. Exceção ou objeção de pré-executividade	1401
29. Embargos de terceiro	1405
30. Atos de encerramento da execução	1408
30.1. Avaliação	1408
30.2. Expropriação antecipada	1410
30.3. Praça e leilão	1410
30.4. Arrematação	1412
30.4.1. Lance mínimo e preço vil.....	1413
30.4.2. Arrematação pelo próprio exequente	1414
30.4.3. Suspensão da arrematação.....	1416
30.4.4. Auto de arrematação.....	1416
30.4.5. Irrecorribilidade da decisão homologatória da arrematação	1417
30.4.6. Arrematação parcelada de bens	1417
30.5. Adjudicação	1418
30.6. Remição.....	1420
30.7. Alienação por iniciativa particular.....	1421
31. Embargos à arrematação e à adjudicação	1422
32. Execução da contribuição previdenciária	1424
32.1. Execução da contribuição previdenciária referente ao seguro de acidente do trabalho.....	1432

Curso de Direito Processual do Trabalho

32.2. Execução da contribuição previdenciária destinada a terceiros	1432
32.3. Averbação de tempo de serviço	1433
33. Execução e cumprimento de sentença contra as pessoas jurídicas de direito público	1434
33.1. Considerações preliminares	1434
33.2. Princípios	1435
33.3. Competência	1435
33.4. Intimação e citação	1436
33.5. Prazo para impugnação ao cumprimento da sentença ou oposição de embargos pela Fazenda Pública e seus efeitos	1437
33.6. Matéria argüível nos embargos à execução e na impugnação ao cumprimento da sentença pela Fazenda Pública	1440
33.7. Decisão	1441
33.8. Precatório	1442
33.9. RPV Requisição de Pequeno Valor	1451
33.10. Sequestro	1453
33.10.1. A posição do TST sobre RPV e sequestro	1458
33.11. Sucessão trabalhista e precatório	1459
33.12. Fracionamento de precatório	1460
34. Execução das multas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização do trabalho	1461
34.1. Legitimação ativa	1461
34.2. Legitimação passiva	1462
34.3. Requisitos da petição inicial	1463
34.4. Despacho do juiz ao deferir a inicial	1464
34.5. Ordem preferencial dos bens penhoráveis	1464
34.6. O prazo para embargos do executado	1464
34.7. Matéria dos embargos	1464
34.8. Arrematação, adjudicação e alienação dos bens penhorados	1464
34.9. Habilitação ou concurso de credores	1464
34.10. Suspensão da execução	1465
34.10.1. Suspensão da execução por parcelamento de dívida fiscal	1465
34.11. Sistema recursal	1466
34.12. Prescrição intercorrente	1467
34.13. Remissão da dívida	1468
35. Ato atentatório à dignidade da justiça e fraude à execução	1470
36. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT	1473

CAPÍTULO XXIV Procedimentos Especiais Trabalhistas

1. Noções gerais	1476
2. Inquérito judicial para apuração de falta grave	1476
2.1. Conceito	1476
2.2. Trabalhadores destinatários do inquérito	1477
2.2.1. Trabalhadores não destinatários do inquérito	1480
2.3. Procedimento	1482
2.4. Custas.....	1482
2.5. Natureza dúplice do inquérito.....	1483
2.5.1. Inquérito judicial e reconvenção	1484
2.6. Conversão da reintegração em indenização	1485
2.7. Execução do julgado e extinção do contrato de trabalho.....	1486
3. Dissídio coletivo	1486
3.1. Formas de solução dos conflitos coletivos.....	1486
3.2. Conceito e natureza jurídica	1488
3.3. Classificação	1489
3.3.1. Dissídio coletivo de natureza econômica	1490
3.3.2. Dissídio coletivo de natureza jurídica.....	1490
3.3.3. Dissídio coletivo de natureza mista (dissídio de greve).....	1490
3.4. Poder normativo.....	1491
3.4.1. Competência funcional	1492
3.5. Pressupostos de cabimento	1492
3.5.1. Requisitos da petição inicial	1494
3.5.1.1. Requisitos objetivos	1494
3.5.1.2. Requisitos subjetivos	1495
3.6. Condições da ação coletiva <i>stricto sensu</i>	1497
3.6.1. Legitimação <i>ad causam</i>	1497
3.6.2. Interesse processual	1501
3.6.2.1. A exigência do “comum acordo”	1503
3.6.3. Possibilidade jurídica do pedido.....	1508
3.7. Sentença normativa.....	1509
3.7.1. Sentença normativa, coisa julgada e ultratividade	1510
3.7.2. Homologação de acordo extrajudicial.....	1512
3.8. Procedimento	1513
3.8.1. Custas.....	1516
3.9. Recurso ordinário.....	1517
3.10. Dissídio coletivo de extensão	1519

3.11. Dissídio coletivo revisional	1520
4. Ação de cumprimento	1521
4.1. Conceito	1521
4.2. Natureza jurídica	1522
4.3. Legitimação e interesse	1522
4.4. Competência	1523
4.5. Procedimento	1524
4.6. Reforma da sentença normativa e ação de cumprimento	1524
4.7. Prescrição	1525
5. Procedimento Especial de Jurisdição Voluntária no Processo do Trabalho ...	1525

CAPÍTULO XXV Ações Especiais Admissíveis no Processo do Trabalho

1. Considerações preliminares	1526
2. Mandado de segurança.....	1526
2.1. Noções gerais.....	1526
2.2. Conceito.....	1529
2.3. Competência.....	1531
2.4. Condições genéricas do mandado de segurança individual.....	1537
2.5. Condições especiais do mandado de segurança.....	1539
2.5.1. Direito líquido e certo.....	1539
2.5.2. Ilegalidade ou abuso de poder.....	1544
2.5.3. Ato de autoridade pública.....	1544
2.5.4. Desistência da ação mandamental.....	1545
2.6. Cabimento na Justiça do Trabalho	1545
2.6.1. Liminar deferida em tutela cautelar de reintegração ao emprego....	1550
2.6.2. Liminar deferida em reclamação trabalhista para tornar sem efeito transferência ilegal de empregado.....	1551
2.6.3. Liminar deferida em reclamação trabalhista que visa reintegrar dirigente sindical	1551
2.6.4. Decisão que defere tutela provisória	1552
2.6.5. Decisão que rejeita homologação de acordo	1553
2.6.6. Penhora em dinheiro na execução definitiva ou provisória.....	1554
2.6.7. Penhora <i>on-line</i>	1555
2.6.8. Penhora sobre valores existentes em conta salário	1556
2.6.8.1. Penhora sobre pensão previdenciária.....	1559
2.6.9. Prosseguimento da parte incontroversa da execução.....	1559
2.6.10. Liquidação extrajudicial e suspensão da execução	1560
2.6.11. Ajuizamento anterior de embargos de terceiro.....	1560
2.6.12. Execução na pendência de recurso extraordinário.....	1561

Sumário

2.6.13. Averbação de tempo de serviço	1561
2.6.14. Penhora de carta de fiança bancária em lugar de dinheiro	1561
2.6.15. Sentença homologatória da adjudicação.....	1562
2.6.16. Arbitramento de novo valor à causa.....	1562
2.6.17. Autenticação de cópias.....	1563
2.6.18. Penhora sobre parte da renda da empresa executada.....	1565
2.6.19. Depósito prévio de honorários periciais.....	1565
2.6.20. Esgotamento das vias recursais	1566
2.6.21. Suspensão do empregado estável para ajuizamento de inquérito ..	1566
2.6.22. Honorários advocatícios	1567
2.6.23. Liminar concedida ou negada em outro mandado de segurança	1567
2.6.24. Proibição de prática de atos judiciais futuros.....	1568
2.6.25. Pagamento das custas para interposição de recurso ordinário em mandado de segurança	1568
2.6.26. Tornar inexigível sentença em ação de cumprimento reformada por acórdão em recurso ordinário de sentença normativa	1569
2.6.27. Mandado de segurança contra ato referente a concurso público para investidura em emprego público.....	1570
2.6.27.1. Outras hipóteses	1570
2.6.28. Prazo	1571
2.6.29. Petição inicial	1571
2.6.30. Despacho inicial no mandado de segurança	1572
2.6.31. Oitiva do Ministério Público	1573
2.6.32. Sentença.....	1573
2.6.33. Preferência de tramitação	1574
2.6.34. Recursos	1574
2.6.35. Suspensão da liminar ou da sentença.....	1575
2.6.36. Súmulas do STF sobre mandado de segurança	1576
2.6.37. Súmulas (SÚM) e Orientações Jurisprudenciais (OJ) do TST sobre mandado de segurança.....	1577
2.7. Mandado de segurança coletivo	1579
3. Ação rescisória	1586
3.1. Conceito e natureza jurídica.....	1586
3.2. Base legal	1587
3.2.1. Suspensão do cumprimento da decisão rescindenda.....	1587
3.3. Decisões rescindíveis	1588
3.4. Sentença normativa e sentença arbitral.....	1591

Curso de Direito Processual do Trabalho

3.5. Decisão de mérito nula, anulável ou inexistente	1592
3.6. Competência.....	1594
3.7. Indeferimento da petição inicial	1595
3.8. Requisitos específicos da petição inicial	1597
3.8.1. Depósito prévio	1598
3.9. Hipóteses de admissibilidade	1600
3.9.1. Prevaricação, concussão ou corrupção do juiz (CPC, art. 966, I).....	1601
3.9.2. Impedimento ou incompetência absoluta (CPC, art. 966, II).....	1601
3.9.3. Dolo ou coação da parte vencedora em detrimento da parte vencida ou, ainda, de simulação ou colusão entre as partes, a fim de fraudar a lei (CPC, art. 966, III)	1603
3.9.4. Ofender a coisa julgada (CPC, art. 966, IV)	1606
3.9.5. Violar manifestamente norma jurídica (CPC, art. 966, V)	1608
3.9.5.1. Prequestionamento em ação rescisória	1612
3.9.6. Prova falsa (CPC, art. 966, VI)	1613
3.9.7. Obtenção de documento novo (CPC, art. 966, VII)	1614
3.9.8. Invalidação de confissão, desistência ou transação.....	1615
3.9.9. Erro de fato, resultante de atos ou de documentos da causa (CPC, art. 966, VIII)	1616
3.10. Prazos	1616
3.11. Revelia e confissão	1617
3.12. <i>Jus postulandi</i> e honorários advocatícios na ação rescisória.....	1618
3.13. Jurisprudência	1618
4. Ação de consignação em pagamento	1619
4.1. Cabimento.....	1619
4.2. Hipóteses mais comuns na Justiça do Trabalho	1620
4.3. Legitimação	1620
4.4. Petição inicial	1621
4.5. Contestação	1621
4.5.1. Reconvenção e pedido contraposto.....	1622
4.6. Foro competente.....	1624
4.7. Sentença	1625
5. <i>Habeas corpus</i> e <i>habeas data</i>	1625
5.1. <i>Habeas corpus</i>	1625
5.2. <i>Habeas data</i>	1629
6. Ação civil pública	1633

Sumário

6.1. Origem e evolução	1633
6.2. Conceito	1635
6.3. Cabimento na Justiça do Trabalho	1637
6.4. Objeto e natureza jurídica	1640
6.5. Competência	1642
6.6. Legitimação <i>ad causam</i>	1644
6.7. Sentença, litispendência e coisa julgada	1648
6.8. Liquidação na ação civil pública	1650
7. Ação civil coletiva	1651
8. Ação anulatória de cláusulas convencionais	1654
8.1. Natureza jurídica	1654
8.2. Hipóteses de cabimento	1655
8.3. Ação anulatória de cláusulas relativas a contribuições confederativa e assistencial	1659
8.4. Competência	1660
8.5. Legitimidade	1661
9. Ações cautelares	1663
9.1. Finalidade e cabimento no processo do trabalho	1663
9.2. Protesto, notificação e interpelação	1663
10. Ação monitória	1665
10.1. Introdução	1665
10.2. Conceito	1665
10.3. Natureza jurídica	1667
10.4. Cabimento da ação monitória no processo do trabalho	1668
10.5. Procedimento	1670
10.6. Ação monitória em face da Fazenda Pública	1672
10.7. Ação rescisória em ação monitória	1672
10.8. Jurisprudência	1672
11. Ação de exigir contas	1673
11.1. Base legal	1673
11.2. Conceito e natureza jurídica	1673
11.3. Cabimento na Justiça do Trabalho	1674
11.4. Legitimação	1676
BIBLIOGRAFIA	1677